Município de Iraceminha

Estado de Santa Catarina

Rua Dona Paulina, 780 - Centro - 89891-000

CNPJ. 80.623.606/0001-12

RELATORIO DE GESTÃO DO TITULAR DE UNIDADE GESTORA

I - Informações gerais sobre a unidade e respectivos responsáveis;

Município de *Iraceminha*, CNPJ 80.623.606/0001-12, situado na Rua Dona Paulina, 780, centro, Iraceminha Santa Catarina, telefone 49 3665-3200 e endereço eletrônico **www.iraceminha.sc.gov.br.** Tendo como responsável Roberto Foresti, prefeito municipal.

O Município de Iraceminha possui 7 (sete) secretarias e (1) um Fundo Municipal de Saúde que se encontram organizadas da seguinte forma:

- Secretaria Municipal de Administração e Fazenda;

- Secretaria da Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico;

- Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

- Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

- Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e Turismo;

- Secretaria Municipal Infraestrutura, Transportes e Planejamento e Urbanismo;

- Secretaria Municipal de Saúde.

O poder executivo municipal possui uma estrutura administrada com um quadro de 205 servidores, sendo 98 servidores efetivos, 64 temporários, 21 comissionados e 02 agentes políticos 16 estagiários e 05 autônomos que são os Conselheiros tutelares, lotados nos mais diversos órgãos da administração (dados de 06 de fevereiro 2026)

II – Informações sobre a gestão orçamentária e financeira da unidade:

Um dos maiores desafios atuais da Administração Pública nas três esferas de governo é aumentar o nível de investimento principalmente em obras de infraestrutura básica, mediante a redução dos gastos com a manutenção da chamada máquina pública (despesas com pessoal e encargos sociais e despesas de custeio). Isso tudo, sem que haja aumento da carga tributária, já extremamente pesada.

Via de regra, o percentual empregado em investimentos em relação à arrecadação das receitas tributárias foi na ordem de mais de 100%. Dada a característica do município, com predomínio de geração de renda da agricultura e sendo a maior parte da arrecadação de transferências federais, o município vem investindo na melhoria de estradas, construção de barracão industrial, para fomentar o crescimento do município.

Em relação aos investimentos programados pelo Município no ano analisado, tem-se uma análise detalhada no demonstrativo abaixo.

Meta Financeira

Unidade Gestora: 01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA					
Projeto	**Dotação Inicial**	**Dot. atualizada**		**Liquidada**	**Saldo atual**
1006 – Aquisição de veículo para transporte escolar					
	98,56			0,00	
1007 – Ampliação e melhoria escola infantil					
	158.271,04			43.274,82	0,0
1003 – Construção de unidade própria do Cras					
	0	0		0	0
1013 - Implantação da Rota Turística					
	0	0		0	0
1054 - Implantação de Espaços Físicos para turismo					
	0	0		0	0
1055 - Construção de Ginásio Esportivo					
	1.020.712,35	0		186.446,21	813.791,30
1017 - Implantação de academias ao ar livre					
	0	0		0	0
1018 - Implantação de Espaço Físico para prática esportiva					
	194.172,48	0	0	145.495,50	0
1019 - Ampliação da patrulha mecanizada					
	207.949,28	0		207.900,00	0,00
1020 - programas de incentivo a agricultura					
	0	0		0	0
1005 - Aquisição de Área habitacional					
	1.207,00	0		0	0
1029 – Aquisição de máquinas					

3.257.878,02	0		2.446.449,75	70.976,98
1031 - Construção de pontes, pontilhões e bueiros				
397,48	0,00		0	0
1056 - Pavimentação de rodovias municipais				
0	0		0	0
1042 - Pavimentação e urbanização de vias				
70.246,50	0		3.213,14	0
1043 - Incentivo a construção de passeios públicos				
84.556,47	0		0	0
1046 - Revitalização de praças municipais				
16.238,49	0		0	0
1051 - Construção de pontes e revitalização de rios no perímetro urbano				
123,00	0		0	0
1033 - Organizaçao e realização de festas, feiras e exposições				
70.197,12	0		56.144,00	0
1038 - Programa natal luz e ornamentação da cidade				
56.197,12	0		51.765,07	0
1039 - Apoio instalação de novas empresas				
2.015.475,45	0		500.000,00	762.461,85
1004 - Apoio a construção de habitação e melhorias para famílias carentes				
1.531.501,76	0		278.041,41	518.000,79

Unidade Gestora: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMINHA					
Projeto	**Dot Inicial**	**Dot Atualizada**		**Execução**	**Saldo atual**
1047 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Sanitárias					
	3.079,50	0		2.134,21	0,00
1048 - Aquisição de Veículo para Transporte de Pacientes					
	262.344,96	0		254.784,82	0,00

Unidade Gestora: 02 - CAMARA MUNICIPAL DE IRACEMINHA					
1057 - Programa Parlamento Jovem Vereadores Mirins					
	28.098,56	**0**	**0**	**26.579,44**	**0,0**

Destacamos que foram realizadas Audiências Públicas para avaliação das metas estabelecidas na LOA, sendo que os principais objetivos da administração foram atingidos.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Execução orçamentária é a utilização dos créditos consignados no Orçamento (fixados originalmente e nos créditos adicionais), visando à realização dos projetos e/ou atividades atribuídos às respectivas unidades orçamentárias.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) como importantíssimo instrumento de planejamento e controle juntamente com o PPA e LDO, orienta ao administrador público o caminho que deve percorrer no exercício financeiro em execução em termos de gastos públicos, vinculando-se aos projetos e atividades nela previstos. Ao estabelecer unicamente a previsão da receita e fixar a despesa, há a necessidade de que se tenha o controle da execução do orçamento, fazendo-se com que as ações e projetos previstos na LOA sejam desenvolvidos/executados em compatibilidade com a receita efetivamente arrecadada. Isso é em essência o que denomina-se responsabilidade fiscal, ou seja, executar o planejado no orçamento na medida do ingresso da necessária receita.

Demonstrativo da Execução Orçamentária

A demonstração da execução orçamentária é instrumento imprescindível para o administrador público na tomada de decisões quanto ao andamento das obras, ações e projetos a serem desenvolvidos no exercício. A constatação de superávit ou déficit alerta para a “velocidade” que deve empregar à Administração. Havendo déficit deve “pisar o pé no freio”. Havendo superávit estará mais tranquilo e poderá “acelerar” um pouco mais o desenvolvimento das ações administrativas.

No confronto entre a receita efetivamente arrecadada com a despesa empenhada (comprometimento das dotações orçamentárias) no Exercício em análise, verifica-se superávit de execução orçamentária no valor de R$ 7.111.478,02.

Receita Arrecadada (+)	Despesa Empenhada (-)	Superávit
49.439.887,89	42.328.409,87	7.111.478,02

Levando-se em conta a receita arrecadada e a despesa liquidada (aquela em que o material foi entregue, o serviço foi prestado ou obra executada) no exercício analisado, nos demonstra Superávit na ordem de R$ 4.957.371,76.

Receita Arrecadada (+)	Despesa Liquidada (-)	Superávit (=)
49.439.887,89	39.278.680,85	4.957.371,76

Receita Orçamentária por Natureza

A Receita Orçamentária é aquela prevista anualmente na Lei Orçamentária Anual (LOA), decorrente da arrecadação dos tributos de competência originária do Município e das transferências constitucionais e espontâneas da União e do Estado e mesmo as receitas decorrentes de empréstimos junto à instituição financeiras públicas ou privadas. Divide-se em Receitas Correntes (destinadas à cobertura das despesas de custeio/manutenção) e Receitas de Capital (destinadas à cobertura de despesas com investimentos, tais como obras, equipamentos, bens permanentes e outras).

A Receita Orçamentária arrecadada no exercício importou em R$ 49.439.887,89, conforme fontes abaixo demonstradas:

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			
DESCRIÇÃO	**Previsão Atualizada**	**Arrecadas No Exercício**	
Receitas Correntes (I)	35.761.387,27	40.839.585,57	
Receitas de Capital (II)	772.710,40	8.600.302,32	
TOTAL (+II)	**36.534.097,67**	**49.439.887,89**	

Receita Tributária

Em síntese, Receita Tributária é toda a fonte de renda que deriva da arrecadação estatal de tributos, dos quais são espécies os impostos, as taxas, as contribuições de melhoria, os empréstimos compulsórios e as contribuições especiais.

A Receita Tributária arrecadada no exercício importou em R$ 3.299.015,66 equivalente a 6,67% do total arrecadado.

Receita de Contribuições

São as provenientes das contribuições com vinculação específica para custeio dos regimes de previdência, planos de saúde e cotas provenientes de compensações financeiras.

A Receita de Contribuições arrecadada no exercício importou em R$ 236.753,09, equivalente a 0,47% do total arrecadado.

Receita Patrimonial

É aquela proveniente do resultado financeiro da utilização do patrimônio (bens mobiliários ou imobiliários), como por exemplo: aluguéis, dividendos, receita oriunda de aplicação financeira, etc.

A Receita Patrimonial arrecadada no exercício importou em R$ 1.114.399,67 equivalente a 2,25% do total arrecadado.

Receita de Serviços

É aquela proveniente de atividades caracterizadas pela prestação de serviços por órgãos e entidades da Administração Pública.

A Receita de Serviços arrecadada no exercício importou em R$ 2.930,00.

Transferências Correntes

São recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público de outras esferas de governo ou de direito privado, destinados ao atendimento de despesas correntes.

As Transferências Correntes recebidas no exercício importaram em R$ 35.977.914,99 equivalente a 72,77% do total arrecadado.

Outras Receitas Correntes

Compreende as receitas de multas e juros de mora, indenizações e restituições, receita da dívida ativa, etc.

Os recursos provenientes de Outras Receitas Correntes arrecadados no exercício importaram em R$ 208.572,16.

Alienação de Bens

É aquela decorrente do processo de transferência de domínio de bens móveis e imóveis públicos a terceiros.

A receita proveniente de Alienação de Bens, no exercício, importou em R$ 58.600,00

Transferências de Capital

São recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outras esferas de governo ou de direito privado, cuja aplicação será para atender as despesas de capital.

As Transferências de Capital recebidas no exercício importaram em R$ 8.541.702,32 equivalente a 17,27% do total arrecadado.

Despesa Orçamentária

A Despesa Orçamentária é aquela realizada pela Administração Pública visando a manutenção e o funcionamento dos serviços públicos, bem como, a produção, aquisição ou constituição de bens que integrarão o patrimônio público ou para uso da comunidade, desde que devidamente autorizada por Lei.

O artigo 58 da Lei Federal n. 4.320/64, ressalta que o empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Ou seja, o empenhamento é o primeiro estágio da execução da despesa.

A despesa empenhada no Exercício importou em R$ 42.328.409,87 equivalente a 79,64% do orçamento.

ORÇAMENTO ATUALIZADO	DESPESA EMPENHADA	%
53.145.046,05	42.328.409,87	79,64

Dispõe o artigo 63 da Lei Federal n. 4.320/64:

Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
§ 1° Essa verificação tem por fim apurar:
I - a origem e o objeto do que se deve pagar;
II - a importância exata a pagar;
III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.
§ 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:
I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;
II - a nota de empenho;
III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

A liquidação é a segunda fase da execução da despesa.

A despesa liquidada no Exercício importou em R$ 39.278.680,85, equivalendo a 92,79% da despesa empenhada.

DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	%
42.328.409,87	39.278.680,85	92,79

A despesa paga é aquela que, tendo sido cumpridos os dois estágios anteriores (empenhamento e liquidação), há o efetivo desembolso dos recursos financeiros do erário público como contrapartida do fornecimento da mercadoria, prestação do serviço ou execução de obra. Ela se perfectibiliza pela emissão da ordem de pagamento.

A despesa paga no Exercício importou em R$39.118.137,30 , equivalente a 99,59% da despesa liquidada.

DESPESA LIQUIDADA	DESPESA PAGA	%
39.278.680,85	39.118.137,30	99,59

Execução da Despesa

O demonstrativo a seguir traz a execução das despesas por Órgão de Governo (Unidades Administrativas como Câmara de Vereadores, Secretarias e Fundos Municipais), possibilitando ao Administrador Público o acompanhamento e controle das despesas empenhadas, liquidadas e pagas por tais unidades:

DESPESAS POR ORGÃO DE GOVERNO			
DESCRIÇÃO	**Empenhadas**	**Liquidadas**	**Pagas**
0102 - GABINETE DO PREFEITO	1.138.321,00	1.138.321,00	1.129.983,28
0103 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO E FAZENDA	2.958.799,67	2.893.967,10	2.881.341,65
0105 - SECRETARIA MUNIC.DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	3.191.541,72	2.527.849,67	2.518.834,34
0106 - SECRETARIA MUNIC.DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	9.742.956,86	8.892.903,95	8.846.620,64
0107 - SECRETARIA MUNIC.DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	2.473.646,09	2.473.646,09	2.465.469,93
0108 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, TRANPORTES E PLANEJ.	10.915.529,19	10.251.189,74	10.233.394,54
0109 - SECRET.DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DESENV.ECONÔMICO	1.483.693,09	716.231,24	716.231,24
0110 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	952.226,32	952.226,32	929.316,85
0199 - RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00
0304 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	8.061.666,29	8.022.316,10	7.986.915,19
CAMARA DE VEREADORES	1.410.029,64	1.410.029,64	1.410.029,64
Total	**42.328.409,87**	**39.278.680,85**	**39.118.137,30**

As despesas realizadas, levando-se em conta as funções de governo (objetivos para os quais a administração pública é instituída que, em extrema síntese, é promover o desenvolvimento e bem-estar social), ficam assim distribuídas:

DESCRIÇÃO	Empenhadas	Liquidadas
01 - Legislativa	1.410.029,64	1.410.029,64
04 - Administração	3.953.123,31	3.896.200,74
06 - Segurança Pública	143.997,36	136.087,36
08 - Assistência Social	2.395.499,52	2.249.808,26
10 - Saúde	8.061.666,29	8.022.316,10
11 - Trabalho	0,00	0,00
12 - Educação	7.689.907,00	7.657.450,59
13 - Cultura	1.194.447,61	380.161,31
15 - Urbanismo	936.824,91	935.603,51

16 - Habitação	796.042,20	278.041,41
18 - Gestão Ambiental	13.071,60	13.071,60
20 - Agricultura	2.460.574,49	2.460.574,49
22 - Indústria	1.370.784,02	608.322,17
23 - Comércio e Serviços	112.909,07	107.909,07
26 - Transporte	9.978.704,28	9.315.586,23
27 - Desporto e Lazer	858.602,25	855.292,05
28 - Encargos Especiais	952.226,32	952.226,32
99 - Reserva de Contingência	0,00	0,00
Total	**42.328.409,87**	**39.278.680,85**

SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Dívida Flutuante

O Artigo 92 da Lei Federal 4.320/64 estabelece que a dívida flutuante compreende:

Art. 92. A dívida flutuante compreende:
I - os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida;
II - os serviços da dívida a pagar;
III - os depósitos;
IV - os débitos de tesouraria.
Parágrafo Único: O registro dos restos a pagar far-se-á por exercício e por credor distinguindo-se as despesas processadas das não processadas.

Na dívida flutuante estão incluídos os débitos de curto prazo, por corresponderem a compromissos assumidos por prazo inferior a 12 (doze) meses.

Em relação à dívida flutuante tem-se o seguinte demonstrativo:

1 - RESTOS A PAGAR				
Titulo	**Saldo Anterior**	**Movimentações no Exercício**		**Saldo para Exercício Subsequente**
		Inscrições	**Baixas**	
Restos a Pagar Não Processados	1.480.665,59	0	1.434.969,41	0
Restos a Pagar Processados	19.654,46	0	19.654,46	0
I) TOTAL	**1.500.320,05**	**0**	1.454.623,87	**0**

II) Serviços da dívida a	**Saldo anterior**	**Inscrição**	**Baixa**	**saldo**

pagar				
Banco Regional de Desenv.	**0,00**	**392.892,75**	**392.892,75**	**0,00**

2 - DEPÓSITOS

Titulo	Saldo Anterior	Movimentações no Exercício		Saldo para Exercício Subsequente
		Inscrições	Baixas	
Caução e garantia diversass	4.085,00	3.181.521,89	3.071.054,13	114.552,76
Emprestimo Besc	0,00	135.839,72	135.839,72	0,00
Emprestimo Caixa	0,00	62.622,87	62.622,87	0,00
Emprestimo Caixa	0,00	24.623,53	24.623,53	0,00
Emprestimo Sicoob	0	6.505,43	6.505,43	0,00
Empréstimo Cresol	0	4.110,60	4.110,60	0
Emprestimo Sicoob	0	23.552,53	23.552,53	0
funrural	0,00	727,44	631,38	96,06
Inss - Instituto Nacional De Seguridade Social	0,00	88.691,84	88.691,84	0,00
Inss - Instituto Nacional De Seguridade Social	0,00	1.284.210,64	1.173.841,91	110.368,73
IRPJ	0,00	2.602,11	2.602,11	0,00
IRRF	0,00	66.409,08	66.409,08	0,00
IRRF	0	213.344,35	213.344,35	0,00
Irrf Rendimentos de Outras fontes	0	179.263,10	179.263,10	0,00
IRRF Rendimentos do Trab	0,00	925.685,03	925.685,03	0,00
ISS	0,00	131.973,68	131.973,68	0,00
Pensão Alimentícia	0,00	4.554,00	4.554,00	0,00
Rendimentos De Aplicações Financeiras	0,00	17.337,80	17.337,80	0,00
Retenções empréstimos	0	8.128,50	8.128,50	0
Sitespm - 2001	0,00	884,24	884,24	0,00
TOTAL GERAL (I+II+III)	**1.512.321,39**	**6.784.687,21**	**4.972.183,27**	**3.324.825,33**

Dívida Fundada Interna

A Lei de Responsabilidade Fiscal ampliou ainda mais este conceito estabelecendo no artigo 29, § 3o, que também integram a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo

inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento. No artigo 30, § 7o, a mesma LRF determinou que os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.

Balanço Financeiro

O artigo 101 da Lei Federal n° 4.320/64 estabelece que os resultados gerais do exercício, serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais (...).

No artigo 103 da mesma Lei Federal está disposto que *o Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte*.

O Balanço Financeiro é o demonstrativo contábil em que se confrontam, ao final do exercício (ou em um dado momento), as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. A estrutura do Balanço Financeiro permite verificar, no confronto entre receita e despesa, o resultado financeiro do exercício, bem como o saldo em espécie que se transfere para o exercício seguinte, saldo esse que pode ser positivo (superávit) ou zero (equilíbrio).

Extrai-se do Balanço Financeiro do exercício as seguintes demonstrações e resultado:

Obs: valores liquidados

Ingressos	
Receitas Orçamentárias (I)	**49.439.887,89**
Recursos Não vinculados	**31.176.995,06**
Recursos ordinários	20.931.829,25
Identificação despesa com MDE	3.478.025,95
Identificação despesas com saúde	6.202.214,94
Outros recursos não vinculados	564.924,92
Vinculada	**18.139.287,44**
Recurso vinculado a Educação	**3.862.413,18**
Ident Percentual aplicado remuneração salario educação	3.018.109,99
Salário Educação	181.189,24
PDDE	6,20
PNAE	67.710,82

PNATE	59.708,17
Outros recursos FNDE	7,10
ETI	319,99
Transf Convênio Educação	534.553,96
Reforma e ampliação creche	807,71
RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE	**4.198.570,00**
Atenção Básica	1.409.602,31
Atenção Media e Alta Complexidade	320.878,17
Vigilancia Saude	32.946,23
Assistencia Farmaceutica Basica	57.084,00
Transf Emenda Exames e consultas	310.740,47
Gestao SUS Piso Nacional Enfermagem	940,27
Transferencia SUS Agentes Saude/Endemias	473.616,00
Transferências fundo a fundo	204.198,88
Transf emenda farmácia	628.403,03
Transferencia SUS estado farmácia	20.491,49
Transferência estado cirurgia eletivas	100.000,00
Transf emenda serviços terceirizados med.	436.558,62
Transf emenda PLANTÃO	203.110,53
RECURSOS VINCULADOS ASSISTENCIA SOCIAL	**989.573,68**
Outras transf FAS	171.213,50
Transf. De estado destinado a assist social	116.090,35
Transf. Especial voluntaria construção casas	702.269,83
DEMAIS VINCULAÇOES DE TRANSFERENCIAS	**8.671.590,87**
Transf. Impositiva escavadeira	86,88
Transf. Estado maquinário	2.000.000,00
Trans estado salão linha Biguazinho	1.006.292,59
Transf estado área industrial	1.009.935,10
Transf FIA biblioteca comunitária	358.676,69
Transf especial união área de terra	364,15
Transf especial união const	25.485,49
Transf especial união equipamentos	212.646,96
Transf especial união estradas	511.844,47
Ident transf união	6.886,48

Cota parte	8.640,56
Transf impôs pav rural	400.000,00
Transf especial asfalto nova Ibarama	2.291.008,42
Trans estado reforma idosos	100.000,00
Trans estado reforma idosos	300.000,00
Transf estados climatização	100.000,00
Identificação transf estado	37.981,77
Trans FEP	301.741,31
DEMAIS VINCULAÇÕES LEGAIS	**417.139,71**
CIDE	10.557,61
Cont Iluminaçao Publica	236.753,09
Recurso transito policia militar	19.227,87
Recurso transito policia Civil	17.826,37
Recurso transito policia Prefeitura	19.105,67
FUNREBOM	41.110,46
Alienaçao de bens	70.976,98
FIA	1.561,66
Transferências Financeiras Recebidas (II)	**7.700.777,04**
Transferências Financeiras Recebidas	7.700.777,04
Recebimentos Extraorçamentários (IV)	**3.353.788,03**
Inscrição de restos a Pagar Processados	160.543,55
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	3.181.521,89
OUTROS	11.722,59
Saldo do Exercício Anterior (V)	**5.554.764,16**
Conta corrente	5.554.764,16
Total (VI) = (I+II+III+IV+V)	**66.049.217,12**

Dispêndios	
Despesas Orçamentárias (VII)	**39.278.680,85**
Recursos não vinculado	**26.304.739,94**
Vinculada	**12.888.642,60**
RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO	**3.741.920,68**
pagamento da remuneração profissionais	2.992.131,45
Salário educação	133.649,28
PNAE	67.680,75

PNATE	53.896,24
Transf estado transporte escolar	415.347,38
Convênio educação	54.256,09
Superavit salario educação	3.344,75
Superávit PNAE	1.895,03
Superávit PNATE	791,66
SUPERAVIT – ETI	17.838,12
SUPERAVIT – outros	1.089,93
RECURSOS VINCULADOS SAÚDE	**2.467.378,70**
Atenção básica	846.977,72
Atenção media e alta complexidade	295.839,38
Vigilancia em saúde	29.325,30
Assistencia farmácia básica	56.295,59
Transf SUS agentes saúde endemias	225.722,24
Transf SUS exames	27.680,00
Transf emenda farmácia	135.213,78
Transf atenção básica	115.597,04
Trans SUS farmácia	15.866,09
Superavit vigilância saude	7.538,50
Superavit atenção básica	241.302,10
Superavit atenção media alta complex	148.414,12
Superavit assistência farmacêutica básica	28.882,07
Superavit transf SUS	1.387,25
Superavit transf sus	13.341,62
Superavit emenda parlamentar	4.268,85
Superavit portaria SES 526	6.119,33
Superavit transf cirurgia	82.000,00
RECURSOS VINCULADOS ASSISTÊNCIA SOCIAL	**671.606,39**
DEMAIS VINCULAÇÕES DECORRENTES DE TRANSF	**5.682.486,11**
DEMAIS VINCULAÇÕES LEGAIS	**325.250,72**
Transferências Financeiras Concedidas (VIII)	**7.700.777,04**

Pagamentos Extraorçamentários (X)	**4.537.400,59**
Restos a Pagar Não Processados	1.434.969,41
Restos a Pagar Processados	19.654,46
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	3.071.054,13
Outros	11.722,59
Saldo Atuais	**14.532.358,64**
Total (XII) = (VII+VIII+IX+X+XI)	**66.049.217,12**

Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial também é exigência do artigo 101 da Lei Federal n° 4.320/64, juntamente com o Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e a Demonstração das Variações Patrimoniais.

O artigo 105 da mesma Lei Federal 4.320/64 dispõe:

Art. 105. O Balanço Patrimonial demonstrará:
I - O Ativo Financeiro;
II - O Ativo Permanente;
III - O Passivo Financeiro;
IV - O Passivo Permanente;
V - O Saldo Patrimonial;
VI - As Contas de Compensação.

§ 1° O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.
§ 2° O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.
§ 3° O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos, independa de autorização orçamentária.
§ 4° O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.
§ 5° Nas contas de compensação serão registrados os bens, valores, obrigações e situações não compreendidas nos parágrafos anteriores e que, imediata ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio.

O Balanço Patrimonial é o demonstrativo contábil em que se evidencia, ao final do exercício (ou num dado momento), a situação patrimonial da entidade compreendendo os bens e direitos (que compõem o ativo financeiro e o ativo permanente), as obrigações (que compõem o

passivo financeiro e o passivo permanente) e as Contas de Compensação, em que serão registrados os bens, valores, obrigações e situações que, mediata ou imediatamente, possam afetar o patrimônio da entidade.

A situação patrimonial da entidade vem demonstrada a seguir:

Ativo	
Ativo Circulante	**14.793.174,03**
Caixa e Equivalentes De Caixa	14.532.358,64
Créditos a Curto Prazo	150.464,84
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	3.890,30
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamen	106.460,25
Ativo Não-Circulante	**46.145.278,72**
Imobilizado	44.383.805,06
Ativo realizável a longo prazo	234.921,61
Intangível	1.526.552,05
Total	**60.938.452,75**

Passivo	
Passivo Circulante	**1.011.941,90**
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistência	477.478,79
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	394,91
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	22.909,47
Empréstimos e financiamentos a CP	230.743,57
Adiantamento de clientes e demais obrigações a CP	280.415,16
Passivo Não-circulante	**2.058.780,00**
Empréstimos a longo prazo	**2.058.780,00**
Patrimônio Líquido	
Patrimônio Social e Capital Social	13.210.001,57
Resultados Acumulados	44.657.729,28
Total Patrimônio Líquido	**57.867.730,85**
Total	**60.938.452,75**

Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais tem por objetivo apurar o resultado patrimonial do exercício, evidenciando as variações patrimoniais qualitativas e quantitativas, dividindo-se em Variações Patrimoniais Aumentativas (aquelas que proporcionam aumento da situação patrimonial da entidade) e Variações Patrimoniais Diminutivas (aquelas que proporcionam redução da situação patrimonial da entidade). O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

As Variações Patrimoniais apresentam o seguinte demonstrativo:

I) Variações Patrimoniais Aumentativas	**62.149.906,66**
Impostos, Taxas e Contribuições De Melhoria	**1.705.748,23**
Impostos	1.509.040,63
Taxas	196.707,60
Valorização com ativos e desincorporação de passivos	**114.559,30**
Ganhos com desincorporação de passivos	114.559,30
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**1.038.911,57**
Juros e Encargos De Mora	57.079,77
Remuneração De Depósitos Bancários e Aplicações Financ	981.831,80
Transferências e Delegações Recebidas	**49.454.800,54**
Transferências Intragovernamentais	7.700.777,04
Transferências Inter Governamentais	40.762.857,53
Transferências das instituições privadas	991.165,97
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**9.835.887,02**
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	9.835.887,02
Variações de ganhos com ativos	**114.559,30**
II) Variações Patrimoniais Diminutivas	**46.242.129,16**
Pessoal e Encargos	**14.654.178,49**
Remuneração a Pessoal	12.927.941,45
Encargos Patronais	1.726.237,04
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	**1.508.820,97**
Outros benefícios previdenciários e assistenciais	1.401.032,65
Aposentadorias e reformas	104.923,13
Uso De Bens, Serviços e Consumo De Capital Fixo	**14.168.562,79**

Uso De Material De Consumo	5.651.447,28
Serviços	8.517.115,51
Variações patronais diminutivas financeiras	**325.704,50**
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos	220.000,00
Juros e encargos de mora	105.704,25
Transferências e Delegações Concedidas	**14.996.342,44**
Transferências Intragovernamentais	7.700.777,04
Transferências Inter Governamentais	6.295.761,25
Transferências a Instituições Privadas	983.509,01
Transferências a Consórcios Públicos	12.276,64
Outras transferências e delegações	4.018,50
Desvalorização e perdas de ativos	**96.136,68**
Tributárias	**408.376,26**
Contribuições	408.376,26
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**84.007,03**
Premiações	19.315,60
Diversas	61.986,39
III) Resultado Patrimonial do Período (I-II)	**15.907.777,50**

IV. Informações sobre transferência de recursos mediante convenio, termo de parceria, termo de cooperação ou instrumento congênere:

Não houve

VI Informações sobre as recomendações expedidas pelo órgão de controle interno e as providencias adotadas no exercício:

Sem recomendação.

VII – Acompanhamento das ações relacionadas a contratos de gestão vigentes no exercício:

O município de Iraceminha não possui contrato de gestão firmado com entidades.

VII - Avaliação dos termos de parcerias celebrados pela unidade jurisdicionada:

O município de Iraceminha não possui termo de parceria em 2026

Iraceminha, 17 de fevereiro de 2026.

_____
Roberto Foresti
Prefeito Municipal